



## Resumo Executivo da Cúpula

### **3ª Cúpula de Combate ao Comércio Ilícito de Diretores-Gerais de Aduanas, Região das Américas** Rio de Janeiro, Brasil – 15 e 16 de abril de 2026

A 3ª Cúpula de Combate ao Comércio Ilícito de Diretores-Gerais de autoridades aduaneiras da Região das Américas foi coorganizada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, representada por Fabiano Coelho, Subsecretário de Administração Aduaneira, e pela Aliança Transnacional para Combater o Comércio Ilícito (TRACIT), representada por Jeffrey Hardy, Diretor-Geral. A Cúpula foi realizada no Rio de Janeiro nos dias 15 e 16 de abril de 2026.

A Cúpula destacou o aumento da escala, complexidade e natureza transfronteiriça do comércio ilícito, reforçando a necessidade de respostas coordenadas, orientadas por inteligência e impulsionadas pela tecnologia em toda a região das Américas.

### **Participantes**

- O encontro contou com **Diretores-Gerais de autoridades aduaneiras e representantes de alto nível de 22 países da região das Américas, incluindo observadores dos Países Baixos e de Portugal**. Delegações presentes e signatárias da Declaração Conjunta em 16 de abril de 2026: Argentina, Aruba, Bolívia, Canadá, Países Baixos Caribenhos, Brasil, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, Uruguai, Países Baixos e Portugal.
- A Cúpula beneficiou-se da participação ativa e das contribuições das empresas membros da TRACIT, que desempenharam papéis fundamentais fornecendo expertise do setor privado ao longo das sessões técnicas. Entre elas, destacam-se as apresentações de Shelley Duggan e Julie Mejia (Procter & Gamble), Regina Zamith (Johnson & Johnson), Esteban Giudici (Philip Morris International), Eduardo Cassatti (Syngenta), Thainá Marques (Lacoste), Maria Elena Lambrano (Chanel) e Mariangela Sampaio Pratas da Costa (Unilever). As empresas membros da TRACIT representadas na Cúpula incluem: AB InBev, Chanel, Beiersdorf, Diageo, Hugo Boss, Johnson & Johnson, Lacoste, Moët Hennessy, Procter & Gamble, Pernod Ricard, Philip Morris International, Syngenta e Unilever.
- O evento contou com 210 participantes adicionais e especialistas do setor privado, entre fornecedores de tecnologia, especialistas jurídicos e associações setoriais. Os custos do evento foram compensados

por contribuições de fornecedores especializados em tecnologia de combate ao comércio ilícito: SGS, Innexto, Webb Fontaine, SKF, Signa Inc. e ABELAC. [Consulte aqui a lista completa de patrocinadores.](#)

## **Propósito**

Com base nos resultados positivos da primeira Cúpula (Cidade do Panamá, 2024) e da segunda Cúpula (Cartagena, 2025), a terceira edição propôs-se a reunir os Diretores-Gerais de autoridades aduaneiras para fortalecer a coordenação, as capacidades e os padrões comuns de mitigação do comércio ilícito, ***“promovendo o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos entre as administrações aduaneiras de toda a região das Américas.”*** A América Central e do Sul continuam sendo um foco central nos esforços globais de combate à falsificação e outras formas de comércio ilícito, dada a crescente sofisticação das redes criminosas que operam através de fronteiras, cadeias de suprimentos e canais digitais.

## **Mensagens-chave das delegações**

- O comércio ilícito está em evolução e continua sendo uma grave ameaça ao desenvolvimento econômico, à saúde pública e à segurança em toda a região das Américas. Os setores mais afetados incluem álcool, produtos farmacêuticos, tabaco, pesticidas, petróleo, artigos de luxo e bens de consumo.
- As redes criminosas continuam explorando vulnerabilidades institucionais e operacionais nos sistemas aduaneiros da região, incluindo cooperação transfronteiriça limitada, ausência de mecanismos de compartilhamento de dados e lacunas nas ferramentas de perfilamento de risco.
- As autoridades aduaneiras da região possuem valiosa expertise. Avançar na colaboração regional é a forma mais eficaz de potencializar os esforços nacionais e enfrentar os desafios comuns, com os quais as delegações expressaram firme compromisso.
- Estratégias conjuntas de fiscalização, compartilhamento de inteligência e práticas harmonizadas de gestão de riscos foram identificadas como ferramentas essenciais para combater eficazmente o comércio ilícito em toda a cadeia de suprimentos hemisférica.
- Parcerias sólidas entre autoridades aduaneiras, o setor privado e a sociedade civil foram vistas como elementos-chave para viabilizar esses esforços e como um diferencial na estrutura desta Cúpula.
- A Cúpula proporcionou uma plataforma para fortalecer os laços transfronteiriços e avançar na rede informal e orientada à ação de líderes aduaneiros comprometidos com a colaboração regional contínua, estabelecida nas Cúpulas anteriores.
- Em seu discurso de abertura, Shelley Duggan, Vice-Presidente Sênior e Diretora Jurídica da Procter & Gamble e Presidente da TRACIT, destacou três mudanças estruturais: (i) a atividade criminosa agora opera em zonas de livre comércio, centros de reembalagem, plataformas de comércio eletrônico e redes logísticas informais; (ii) o desafio da informação deixou de ser a escassez de dados e passou a ser sua subutilização, de modo que a limitação já não está na disponibilidade, mas na integração e no uso eficaz desses dados; e (iii) o comércio ilícito está evoluindo de uma questão predominantemente relacionada à propriedade intelectual para uma preocupação mais ampla de segurança pública, com a falsificação cada vez mais associada a riscos à saúde do consumidor, incluindo bens de consumo, produtos químicos perigosos e produtos farmacêuticos falsificados. Essas observações forneceram um referencial estratégico que orientou as discussões e prioridades ao longo da Cúpula.

## **Resultados e compromissos**

### *Declaração Conjunta endossada pelas delegações*

Em demonstração de seu compromisso compartilhado com a mitigação do comércio ilícito, as delegações participantes endossaram a **Declaração Conjunta sobre a Mitigação do Comércio Ilícito** em 16 de abril de 2026. Com base nos resultados das Cúpulas anteriores em Cidade do Panamá (2024) e Cartagena (2025), a Declaração reafirma a determinação coletiva das administrações participantes de aprimorar a eficácia aduaneira, apoiar o comércio legítimo e combater o comércio ilícito em um ambiente global cada vez mais complexo e interconectado.

- Fortalecer a colaboração além da Cúpula, mantendo uma rede de administrações aduaneiras nas Américas, facilitando o intercâmbio contínuo de informações, o aprendizado conjunto e a ação coordenada.
- Reconhecer o papel fundamental da tecnologia na viabilização de controles aduaneiros mais eficazes e promover maior intercâmbio de soluções tecnológicas, práticas de dados e capacidades analíticas entre as administrações.
- Comprometer-se com o desenvolvimento contínuo do Compêndio de Boas Práticas como um documento vivo, a ser enriquecido com novas práticas, aprendizados e contribuições ao longo do tempo.
- Reafirmar o valor desta Cúpula como plataforma de colaboração e intercâmbio de experiências práticas, especialmente no que se refere ao crescimento do comércio eletrônico, à melhoria da gestão de riscos e à interoperabilidade de dados.
- Com base no sucesso da primeira e da segunda Cúpulas, as delegações saudaram a continuidade desta iniciativa e solicitaram que a TRACIT facilite um maior diálogo regional, atividades de capacitação e coordenação técnica entre as Cúpulas.

[Consulte aqui a Declaração Conjunta de 2026 sobre a Mitigação do Comércio Ilícito.](#)

### *Compêndio de Boas Práticas*

Um marco importante da 3.ª Cúpula foi a apresentação formal do Compêndio de Boas Práticas para Agências Aduaneiras da Região das Américas por Stefano Betti, Diretor-Geral Adjunto da TRACIT. O Compêndio, disponível online em [tracit.org](http://tracit.org), representa o primeiro esforço sistemático para documentar e disseminar a experiência prática das administrações aduaneiras de toda a região.

O Compêndio foi desenvolvido a partir de contribuições de 29 países, incluindo entrevistas, insumos de pesquisas e estudos de caso de funcionários que participaram das Cúpulas de Cidade do Panamá (2024) e Cartagena (2025), complementados por contribuições escritas dos Diretores-Gerais participantes da Cúpula de 2026. Foi apresentado à Cúpula como uma ferramenta de referência prática e em evolução para apoiar as administrações aduaneiras, os formuladores de políticas e outros atores na identificação e adaptação de práticas eficazes de fiscalização. Seu conteúdo inclui:

- Estudos de caso elaborados para compreensão rápida, com resumos concisos e informações orientadas a resultados.
- Informações de contato para facilitar o intercâmbio direto e o aprendizado entre pares entre as administrações.
- Um formato online e dinâmico que permite que o documento evolua e seja atualizado continuamente com novas contribuições.

O Compêndio é relevante tanto para atores do setor público quanto privado envolvidos em comércio, logística e comércio eletrônico. Está disponível em: <https://www.tracit.org/compendium-illicit-trade-summit.html>

### *Ações acordadas*

As delegações acordaram as seguintes ações prioritárias para traduzir os resultados da Cúpula em impacto concreto:

- Dar continuidade ao desenvolvimento do Compêndio de Boas Práticas como um documento vivo, com novas contribuições dos países sendo apresentadas entre as Cúpulas.
- Fortalecer a interoperabilidade entre os sistemas de dados das alfândegas, das forças de segurança e do setor privado, com foco prioritário no comércio eletrônico e nos fluxos de pequenas encomendas.
- Desenvolver uma abordagem regional coordenada para a fiscalização do comércio ilícito de tabaco e álcool, abordando as vulnerabilidades nas zonas francas e as rotas de contrabando transfronteiriço.
- Criar e ampliar uma rede informal para compartilhamento de informações e proposição de atividades entre as Cúpulas. A TRACIT atuará como gestora da rede e cada delegação designará um ponto de contato de ligação.

## **Cúpula 2027 – 4.ª Edição**

Refletindo o espírito e o entusiasmo para dar continuidade ao trabalho, diversas delegações expressaram forte interesse em sediar a quarta edição da Cúpula em 2027. **Propostas das delegações candidatas a anfitriãs são bem-vindas e serão coordenadas pela TRACIT.**

### **Resumo das discussões em mesas-redondas**

#### ***Sessão 1: Comércio Ilícito nas Américas – O que tira o sono dos Chefes de Alfândega?***

Moderada por Ana Linda Solano, Diretora da Região das Américas da TRACIT, a mesa-redonda de abertura convidou cada chefe de delegação a compartilhar suas perspectivas, oferecendo um panorama concreto dos desafios e prioridades enfrentados pelas autoridades aduaneiras em toda a região. Delegações do Caribe, da América Central e do Sul identificaram preocupações comuns: o aumento das remessas de baixo valor por comércio eletrônico que exploram as isenções de minimis; sofisticados modus operandi nas Zonas Francas; limitada interoperabilidade entre os órgãos de fiscalização; e a crescente convergência do comércio ilícito com o crime organizado e a lavagem de dinheiro. Várias delegações observaram que o comércio ilícito de bens de consumo, produtos farmacêuticos e agroquímicos representa ameaças diretas à saúde pública, aumentando a urgência da priorização da fiscalização.

#### ***Sessão 2: Comércio Ilícito 24 horas – Comércio eletrônico, pequenas encomendas e redes sociais***

Esta sessão abordou os impactos não intencionais dos regimes de minimis, a subavaliação de mercadorias e a fragmentação de remessas como facilitadores do comércio ilícito. As delegações discutiram o desafio de aplicar regulamentos contra o comércio ilícito em marketplaces online e plataformas de redes sociais sem prejudicar os fluxos de comércio legítimo. A sessão se baseou em projetos-piloto e boas práticas de toda a região das Américas, incluindo os esforços do Brasil pelos Correios. As perspectivas do setor privado da Chanel e da Daniel Law destacaram a escala da distribuição de falsificações pelas redes sociais e a importância dos mecanismos de responsabilização das plataformas. As delegações concordaram que os marcos regulatórios atuais não foram concebidos para os volumes do comércio eletrônico de hoje, e que são urgentemente necessários procedimentos simplificados baseados em risco para pequenas remessas, marcos regulatórios mais robustos e melhores mecanismos de direcionamento por perfilamento de risco.

As delegações retomaram as preocupações levantadas em Cúpulas anteriores, enfatizando que a proliferação de pequenas encomendas — transportadas por carga aérea, serviços postais e serviços de entrega expressa — continua sobrecarregando os controles aduaneiros tradicionais. O problema é agravado pelo acesso limitado aos dados das plataformas de comércio eletrônico e dos intermediários de transporte. A sessão destacou a necessidade urgente de modernizar os marcos regulatórios para acompanhar a escala e a velocidade do comércio digital.

As discussões destacaram a necessidade de:

- Ferramentas aprimoradas de perfilamento de risco, com acesso mais amplo a dados eletrônicos antecipados (AED).
- Compartilhamento transfronteiriço de dados, especialmente com serviços de entrega expressa e operadores postais.
- Engajamento com as plataformas de comércio eletrônico, incluindo mecanismos de responsabilização e cooperação em remessas suspeitas de ilicitude.
- Investimento contínuo em tecnologias de triagem, aliado a treinamento para os agentes aduaneiros identificarem embalagens enganosas e mercadorias declaradas incorretamente.

- Uma revisão e avaliação das regras de minimis conforme aplicadas em toda a região, dada a sua exploração generalizada.

### ***Sessão 3: Combatendo o Comércio Global de Falsificações sob a Perspectiva das Américas***

Foi apresentada uma análise dos fluxos de produtos falsificados na região — incluindo por meio de centros de trânsito, portos de entrada e fronteiras terrestres estratégicas

As discussões destacaram a necessidade de:

- Treinamento aprimorado para os agentes aduaneiros em técnicas de identificação de produtos, especialmente para distinguir falsificações de alta qualidade.
- Parcerias mais sólidas com titulares de marcas e detentores de direitos para aproveitar seu conhecimento especializado em apoio à fiscalização na linha de frente.
- Inteligência compartilhada, ferramentas de autenticação e recursos de treinamento fornecidos pelos titulares de marcas e detentores de direitos para auxiliar na verificação de produtos.
- Melhor acesso a bases de dados de verificação de produtos em tempo real para fortalecer as respostas à falsificação.

### ***Sessão 4: Protegendo os Nós – Portos, Corredores e Zonas Francas***

As delegações examinaram a governança nas Zonas Francas e nos corredores marítimos, fluviais e terrestres de alto risco em toda a região das Américas. Foi amplamente reconhecido que as Zonas Francas (ZFs) facilitam o tráfico de mercadorias ilícitas e que a falta de transparência e supervisão em muitas ZFs representa um desafio significativo para as autoridades aduaneiras. As delegações também examinaram os corredores marítimos, fluviais e terrestres de alto risco e os desafios de governança que apresentam.

Delegações do Panamá, Guatemala e Jamaica, juntamente com a Business Alliance for Secure Commerce (BASC) Colômbia, discutiram como as tecnologias de escaneamento, a inspeção não intrusiva, os lacres inteligentes e as ferramentas de rastreamento podem ampliar a cobertura sem prejudicar o comércio legítimo. A experiência do Panamá com reformas de governança em zonas francas e o programa OEA da Jamaica foram citados como modelos regionais dignos de replicação.

As discussões destacaram a necessidade de:

- Maior clareza nas regulamentações que regem a autoridade aduaneira dentro das ZFs, incluindo requisitos de dados eletrônicos antecipados e declarações antecipadas.
- Perfilamento de risco de remessas suspeitas, realização de verificações ex officio nas ZFs e extensão da supervisão aduaneira ao perímetro das ZFs.
- Recursos adicionais para lidar com o crescente número de ZFs e os altos volumes de remessas processadas em seu interior.
- Adoção mais ampla de programas de redes de confiança, como os esquemas de Operador Econômico Autorizado (OEA), para viabilizar o direcionamento baseado em risco.
- Compartilhamento regional de modelos como a Certificação de Zona Limpa da OCDE e o Código de Conduta associado para Zonas Francas Limpas.

### ***Sessão 5: De Postos de Controle a Sistemas – Governança Estratégica de Fronteiras***

Esta sessão enfatizou a necessidade de uma coordenação interinstitucional eficaz entre as autoridades aduaneiras, os órgãos de segurança pública e os promotores públicos, para garantir que as violações graves nas fronteiras sejam encaminhadas com sucesso.

- Ampliar a colaboração entre as autoridades aduaneiras além das fronteiras, bem como com os órgãos de fiscalização, os serviços postais, as organizações internacionais e o setor privado.
- Alinhar as penalidades, melhorar a coleta e o compartilhamento de inteligência, agilizar os métodos de comunicação e trabalhar de forma mais eficaz com os titulares de direitos de propriedade intelectual.
- Aumentar o compartilhamento eficaz de dados operacionais para viabilizar respostas em tempo real aos fluxos de comércio ilícito.

### ***Sessão 6: Parcerias Público-Privadas – Tornando o Mercado de Bebidas Alcoólicas do Brasil Seguro para os Consumidores***

Esta sessão discutiu o impacto do comércio ilícito de bebidas alcoólicas na saúde e segurança do consumidor, na receita fiscal, na integridade do mercado e na proteção da propriedade intelectual. Apresentações culturais do Instituto Brasileiro da Cachaça e da Associação dos Cervejeiros Artesanais do Brasil contextualizaram as implicações econômicas e culturais para o setor de bebidas do Brasil. Perspectivas internacionais da Alliance Against Counterfeit Spirits e da Alianza de Bebidas Espirituosas de Latinoamérica y el Caribe destacaram a escala dos fluxos de bebidas ilícitas na região. Representantes da indústria brasileira e servidores aduaneiros de Trinidad e Tobago, Equador e República Dominicana discutiram soluções colaborativas. A sessão ressaltou que as bebidas alcoólicas ilícitas — incluindo produtos falsificados e não registrados — representam um risco direto à saúde pública e que a fiscalização deve ser respaldada por acordos sólidos de compartilhamento de dados público-privados.

### ***Sessão 7: Transformando Dados em Apreensões – Gestão de Riscos e Inteligência Artificial***

Esta sessão explorou o uso da inteligência artificial e de análises avançadas para o perfilamento de cargas, passageiros e encomendas, permitindo uma alocação de recursos mais eficiente e orientada por dados. Introduzida por Marek Retelski, Chefe de Vendas Globais da Webb Fontaine, a sessão se baseou em exemplos do Equador, Nicarágua, Uruguai e Santa Lúcia. As delegações discutiram os desafios práticos de construir e atualizar mecanismos de risco, incluindo a obtenção de dados, a governança de algoritmos e a necessidade de supervisão humana. As delegações concordaram que, embora a IA apresente grande potencial, sua eficácia depende da qualidade dos dados, da capacidade institucional e dos acordos de compartilhamento de dados transfronteiriços e de interoperabilidade, que ainda estão pouco desenvolvidos na região. As delegações ressaltaram o papel fundamental que a gestão de riscos e a inteligência desempenham nas estratégias modernas de fiscalização aduaneira. À medida que as operações de comércio ilícito crescem em escala e complexidade, as delegações enfatizaram que aprimorar as capacidades para antecipar, detectar e interromper fluxos ilícitos antes que cheguem às fronteiras é de importância crucial.

As discussões destacaram a necessidade de:

- Ferramentas atualizadas de avaliação de riscos e sistemas analíticos capazes de processar grandes volumes de dados, especialmente de remessas expressas e plataformas de comércio eletrônico, para identificar melhor as remessas de alto risco.
- Estabelecer sistemas de dados interoperáveis e protocolos de compartilhamento de informações em toda a região para fortalecer significativamente a capacidade de fiscalização.
- Iniciativas regionais de treinamento para desenvolver competências técnicas em perfilamento de risco, análise comportamental e coleta de inteligência.
- Parcerias aprimoradas com o setor privado para fortalecer a cooperação e aprofundar as redes de inteligência.

### ***Sessão 8: Perspectiva da Europa***

Um valioso intercâmbio de lições aprendidas e boas práticas foi apresentado por Mechteld Fletcher, Diretora-Geral Adjunta de autoridades aduaneiras dos Países Baixos, e Helena Borges, Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira de Portugal. Ambas as administrações ofereceram perspectivas do contexto europeu, incluindo experiência com sistemas avançados de perfilamento de risco, pré-triagem de contêineres e parcerias público-privadas para a fiscalização de direitos de propriedade intelectual. A perspectiva europeia foi bem recebida pelas delegações e destacou tanto o potencial da fiscalização habilitada por tecnologia quanto a importância do investimento institucional de longo prazo em infraestrutura de dados e marcos de cooperação interinstitucional.

### ***Sessão 9: Da Ação Nacional à Hemisférica – Cooperação nas Américas***

As delegações discutiram os padrões de ameaça do comércio ilícito regional e o valor do compartilhamento de informações e da colaboração transfronteiriça, incluindo marcos multilaterais e bilaterais, como as iniciativas transfronteiriças do Mercosul e os acordos internacionais de cooperação OEA. Introduzida por Eduardo Leite, da UN CEFAC, a sessão contou com contribuições da Argentina, Brasil, El Salvador e Trinidad e Tobago. As discussões ressaltaram a necessidade de avançar de esforços bilaterais fragmentados para marcos de cooperação regional mais estruturados e sustentados. As delegações concordaram que a própria rede da Cúpula representa um passo importante nessa direção e solicitaram mecanismos concretos para manter o engajamento entre as edições.

### ***Sessão 10: Comércio Ilícito de Tabaco***

O contrabando de cigarros representa uma parcela significativa do mercado latino-americano. As delegações examinaram inconsistências nos processos aduaneiros, a reexportação de cigarros entre Zonas Francas e deficiências na devida diligência quanto à produção e ao destino final das mercadorias, que facilitam o comércio ilícito de cigarros em larga escala, prejudicando a arrecadação fiscal e favorecendo o crime organizado. Daniel M. Rico, do C-Análisis, apresentou resultados sobre as tipologias de tráfico na região, e a jornalista investigativa Lucía Salinas (Clarín/A24) ofereceu uma apresentação especial sobre redes criminosas transfronteiriças. A perspectiva da Philip Morris International sobre a prevenção do comércio ilícito e a tecnologia de rastreamento foi apresentada por Esteban Giudici. Participantes do Brasil, Cuba, República Dominicana e Uruguai destacaram as dimensões fiscais e de crime organizado do contrabando de tabaco e a necessidade de padrões harmonizados de fiscalização em toda a região.

### ***Sessão 11: Ameaças do Comércio Ilícito à Saúde do Consumidor***

As delegações examinaram como o comércio ilícito ameaça a saúde do consumidor por meio de produtos falsificados, abaixo do padrão e não regulamentados, e discutiram as medidas de fiscalização, regulação e conscientização necessárias para impulsionar uma maior priorização política e o desenvolvimento de ferramentas de fiscalização mais eficazes.

### ***Sessão 12: Siga o Dinheiro – Lavagem de Dinheiro Baseada no Comércio e Fluxos Financeiros***

Esta sessão analisou como os fluxos financeiros ilícitos se infiltram no sistema de comércio internacional por meio da lavagem de dinheiro baseada no comércio (LDLC) e discutiu as ferramentas disponíveis para detectá-los e preveni-los, incluindo inteligência financeira, análise de dados e cooperação público-privada. Introduzida por Ana Linda Solano, Diretora da Região das Américas da TRACIT, a sessão trouxe exemplos do Panamá e do Paraguai. Os debates concentraram-se nessas abordagens, com foco em inteligência financeira, análise de dados e cooperação público-privada.

As discussões destacaram a necessidade de:

- Maior integração entre as autoridades aduaneiras e as unidades de inteligência financeira para identificar padrões de LDBC por meio de subfaturamento e superfaturamento, empresas de fachada e estruturas financeiras complexas.
- Ferramentas de análise de dados capazes de detectar anomalias nos dados de comércio que possam indicar fluxos financeiros ilícitos.
- Maior cooperação público-privada para compartilhar inteligência entre instituições financeiras, autoridades aduaneiras e órgãos de segurança pública.

### ***Sessão 13: Estudos de Caso do Setor de Petróleo e Gás***

Utilizando a Operação Cadeia de Carbono e a Operação Carbono Oculto do Brasil como estudos de caso, esta sessão destacou tipologias como empresas de fachada, faturamento incorreto no comércio e estruturas financeiras complexas utilizadas para movimentar e lavar ganhos ilícitos na cadeia de suprimentos de petróleo e gás. Introduzida por Juan Ricardo Ortega, Presidente do Grupo de Energia de Bogotá, os estudos de caso foram apresentados por altos funcionários das alfândegas da Receita Federal em São Paulo e no Rio de Janeiro. Participantes do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e da administração aduaneira do Equador ofereceram perspectivas comparativas sobre padrões semelhantes em outros setores, incluindo o têxtil. A sessão foi destacada pelos participantes como um modelo para o formato de estudos de caso da Cúpula e pelo valor da coordenação interinstitucional para o aprendizado transfronteiriço.

### **Comunicado à imprensa e materiais do evento**

Informações e documentação da Cúpula podem ser encontradas no site da TRACIT em:

<https://www.tracit.org/third-illicit-trade-summit-americas.html>

- Pauta da Cúpula
- Comunicados oficiais à imprensa
- Declaração Conjunta sobre a Mitigação do Comércio Ilícito
- Compêndio de Boas Práticas
- Fotografias e vídeos
- Lista de delegados e palestrantes convidados

### **Participantes**

#### **Anfitriões**

- Fabiano Coelho, Subsecretário de Administração Aduaneira, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
- Jeffrey Hardy, Diretor-Geral, Aliança Transnacional para Combater o Comércio Ilícito (TRACIT)

#### **Agências Aduaneiras participantes**

- Argentina – Diego Carlos Figueroa, Subdiretor-Geral de Controle Aduaneiro
- Aruba – Roderick Croes, Diretor de Aduanas
- Bolívia – Alberto Samuel Soto De La Vía, Presidente da Aduana Nacional
- Canadá – Glen Pereira, Agência de Serviços de Fronteira do Canadá
- Países Baixos Caribenhos – Claudia Toet, Diretora de Aduanas e Administração Tributária

- Brasil – Fabiano Coelho, Subsecretário de Administração Aduaneira, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
- Cuba – William Pérez González, Vice-Chefe Primeiro da Aduana Geral da República
- República Dominicana – Raquel Elia Soriano Abreu, Subdiretora-Geral
- Equador – Luis Landivar Olvera, Subdiretor-Geral de Operações
- El Salvador – Jose Benjamin Mayorga Osorio, Diretor-Geral de Aduanas
- Guatemala – Edwin Orlando Curtidor Juárez, Intendente de Aduanas
- Jamaica – Velma Ricketts Walker, CEO e Comissária de Aduanas
- Nicarágua – Danys Antonio Ortiz Pérez, Subdiretor de Assuntos Jurídicos
- Panamá – Soraya Valdivieso, Diretora-Geral da Autoridade Nacional de Aduanas
- Paraguai – Juan Olmedo, Gerente-Geral de Aduanas (DNIT)
- Peru – Jorge Gallo Alvarado, Superintendente Nacional Adjunto de Aduanas (SUNAT)
- Santa Lúcia – Sherman Emmanuel, Controlador de Aduanas
- São Vicente e Granadinas – Selwyn Da Silva, Controlador do Departamento de Aduanas e Impostos
- Trinidad e Tobago – Darren Bholá, Supervisor de Aduanas e Impostos
- Uruguai – Miguel Palumbo, Gerente da Área de Controle e Risco, Direção Nacional de Aduanas
- Países Baixos – Mechteld Fletcher, Diretora-Geral Adjunta de Aduanas
- Portugal – Helena Borges, Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira

#### **Palestrantes convidados e especialistas**

- Shelley Duggan, Vice-Presidente Sênior e Diretora Jurídica, Procter & Gamble; Presidente da TRACIT
- Adriana Gomes Rêgo, Subsecretária Especial Adjunta, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
- Deputado Federal Julio Lopes, Congresso Nacional do Brasil
- Jorge Gallo Alvarado, Vice-Presidente Regional para as Américas e o Caribe, Organização Mundial das Aduanas (OMA)
- Andrés Quiroga, Chefe de Serviços de Facilitação do Comércio para a LATAM, SGS
- Stefano Betti, Diretor-Geral Adjunto, TRACIT
- Ana Linda Solano, Diretora da Região das Américas, TRACIT
- Saim Manto, Chefe Global de Proteção de Marca, SKF
- Luis Bernardo Benjumea Martínez, Diretor Executivo, Business Alliance for Secure Commerce (BASC), Colômbia
- Cairo Jennings, Adido de Propriedade Intelectual para a região do Mercosul, USPTO
- Marek Retelski, Chefe de Vendas Globais, Webb Fontaine
- Jeremy Stillman, Vice-Presidente Global, Inexto
- Eduardo Leite, Relator Regional para a América Latina e o Caribe, UN CEFAC
- Juan Ricardo Ortega, Presidente do Grupo de Energia de Bogotá
- Daniel M. Rico, Diretor, C-Análisis
- Lucía Salinas, Jornalista Investigativa, Clarín / A24
- Julie Mejia, Diretora Regional de Proteção de Marca para a América Latina, Procter & Gamble
- Regina Zamith, Diretora de Proteção Global de Marca para a LATAM, Johnson & Johnson

- Esteban Giudici, Chefe de Prevenção ao Comércio Ilícito e Políticas de Rastreabilidade, PMI
- Eduardo Cassatti, Chefe de Segurança Corporativa, Syngenta
- Thaina Marques, Consultora Jurídica de Propriedade Intelectual - Aplicação de Marca nas Américas, Lacoste
- Maria Elena Lambrano, Diretora de Proteção de Marca, Chanel
- Mariangela Sampaio Pratas da Costa, Diretora Jurídica para Home Care nas Américas, Unilever
- Tatiane Lopes, Consultora Jurídica Corporativa para o setor downstream - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis